



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

**CLIPPING
19 de abril
de 2021**

"Parentalha' do prefeito de Tubia terá de cair fora da administração

Nrlson Nogueira

O **Ministério Público** do Maranhão encaminhou, nesta sexta-feira, recomendação para o Município de Tutoia, que tem à frente Raimundo Nonato Abraão Baquil, conhecido como Diringa (PDT), para que sejam exonerados parentes seus nomeados para cargos de secretários municipais, secretários adjuntos e cargos comissionados, função de confiança ou função gratificada.

O titular da Promotoria de Justiça de Tutóia, Fernando José Alves Silva, requisitou que seja encaminhado ao **Ministério Público**, no prazo de 10 dias úteis, documento comprobatório dos atos administrativos praticados para o cumprimento da recomendação.

Conforme procedimento investigatório do **Ministério Público**, o prefeito de Tutóia nomeou os próprios filhos como secretários adjuntos e sobrinhos para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, bem como nomeou, como secretários municipais, pessoas que não comprovaram qualquer habilitação na área de atuação ou correlata Para o **promotor de Justiça**, as nomeações configuram a prática de nepotismo, o que viola a Constituição Federal, definida pela Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.

Na condição de secretários municipais que não comprovaram qualquer habilitação na área de atuação ou qualificação técnica para o exercício do cargo, estão Tony Rayder Filgueiras Lima Baquil (Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), Helimárcio Sousa Costa (Agricultura Familiar) e Rodrigo Silva Sales (Esporte e Lazer).

Como secretários municipais adjuntos com relação de parentesco com o prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, chefe de gabinete, ou vereadores, estão Kelle Roberta Filgueiras Lima Baquil e John Rayder Filgueiras Lima Baquil.

Entre os ocupantes de cargos comissionados alcançados pela recomendação encontram-se Karine Neves Baquil, Antônio Jamílson Neves Baquil, Francinato do Nascimento Baquil, Wanderson da Silva Baquil, Magda Maelly Silva Baquil, Diego Silva Baquil, Ismara Silva Baquil, Odaílton José Matos Araújo, Orlênio de Jesus Matos Araújo, Maimonedes Matos Araújo, Tamara Raimunda Matos Araújo.

A recomendação do **Ministério Público** orienta que todos os nomeados em relação de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com o prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, chefe de gabinete, qualquer outro cargo comissionado do referido município ou vereadores sejam exonerados imediatamente

PMs que deixaram dona de loja espancar suspeitas de furto no Parque Vitória responderão a inquérito policial

GILBERTO LIMA

Três policiais militares responderão a inquérito policial após assistirem ao espancamento de duas mulheres, suspeitas de furto,

dentro da loja Empório do 20, no Parque Vitória, por volta das 17h05 de sábado

(17).

Após serem flagradas, as mulheres foram trancadas

dentro da loja e passaram a ser espancadas pela proprietária. Os policiais não fazem

nenhum tipo de intervenção para evitar as agressões. Eles apenas assistem à sessão de espancamentos.

Nas redes sociais, o secretário de **Direitos Humanos** e Participação Popular, Francisco Gonçalves, condenou a atitude dos PMs.

"Os policiais em vez de tomarem as medidas legais com

base na acusação de roubo e diante das agressões, deram cobertura para o ato

ilegal, de violência e violação de direitos, incompatível com a missão do

policial militar, do servidor público", diz o secretário.

Ele acrescenta que o comandante da PM, coronel Pedro

Ribeiro, ao tomar conhecimento do caso, determinou abertura de inquérito

policial, sindicância demissionária e apuração do Conselho de Disciplina da PM.

"Quem comete crime, deve ser preso/a e ser

submetido/a a um julgamento justo, seja quem rouba,

quem agride ou servidor

público que protege agressor. Essa é a lei. Fora disso é crime. E deve ser apurado

e punidos os responsáveis", diz Francisco Gonçalves.

Confira a nota

divulgada pelo secretário

Na presença de

policiais militares, como fica evidente em vídeo divulgado em redes sociais

neste final de semana, proprietária da loja Empório do 20, no Parque Vitória,

em São José de Ribamar, fechou o estabelecimento e espancou mulheres acusadas

de roubo.

Os policiais em vez

de tomarem as medidas legais com base na acusação de roubo e diante das

agressões, deram cobertura para o ato ilegal, de violência e violação de

direitos, incompatível com a missão do policial militar, do servidor público.

O comandante da

Polícia Militar, Coronel Pedro Ribeiro, me informou que logo ao tomar

conhecimento do caso adotou todas as medidas cabíveis sobre essa ação ilegal -

determinou abertura de inquérito policial, sindicância demissionária e apuração

do Conselho de Disciplina da PM.

Eu, na condição de

secretário de Estado de **Direitos Humanos** e
Participação Popular, estou

solicitando a Corregedoria da **Segurança Pública** e a
Corregedoria da Polícia

Militar igualmente a apuração do caso.

Do mesmo modo, estou

solicitando a Polícia Civil a apuração das agressões.

É sempre importante

lembrar que JUSTIÇA não é VINGANÇA. Quem
comete crime, deve ser preso/a e ser

submetido/a a um julgamento justo, seja quem rouba,
quem agride ou servidor

público que protege agressor. Essa é a lei. Fora disso
é crime. E deve ser

apurado e punidos os responsáveis.

Site: <https://www.gilbertolima.com.br/2021/04/pms-que-deixaram-dona-de-loja-espancar.html>

Promotoria pede que Diringa exonere parentes da Prefeitura de Tutoia

O **Ministério Público** do Maranhão encaminhou, nesta sexta-feira, 16, Recomendação para o Município de Tutoia, na pessoa do prefeito Raimundo Nonato Abraão Baquil, conhecido como Diringa, para que sejam exonerados parentes seus nomeados para cargos de secretários municipais, secretários adjuntos e cargos comissionados, função de confiança ou função gratificada.

O titular da Promotoria de Justiça de Tutóia, Fernando José Alves Silva, requisitou que seja encaminhado ao **Ministério Público**, no prazo de 10 dias úteis, documento comprobatório dos atos administrativos praticados para o cumprimento da Recomendação.

Conforme procedimento investigatório do **Ministério Público**, o prefeito de Tutóia nomeou os próprios filhos como secretários adjuntos e sobrinhos para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, bem como nomeou, como secretários municipais, pessoas que não comprovaram qualquer habilitação na área de atuação ou correlata.

Para o **promotor de justiça**, as nomeações configuram a prática de nepotismo, o que viola a Constituição Federal, definida pela Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal como "a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

Na condição de secretários municipais que não comprovaram qualquer habilitação na área de atuação ou qualificação técnica para o exercício do cargo, estão Tony Rayder Filgueiras Lima Baquil (Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), Helimárcio Sousa Costa (Agricultura Familiar) e Rodrigo Silva Sales (Esporte e Lazer).

Como secretários municipais adjuntos com relação de parentesco com o prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, chefe de gabinete, ou vereadores, estão Kelle Roberta Filgueiras Lima Baquil e John Rayder Filgueiras Lima Baquil.

Entre os ocupantes de cargos comissionados alcançados pela Recomendação encontram-se Karine Neves Baquil, Antônio Jamílson Neves Baquil, Francinato do Nascimento Baquil, Wanderson da Silva Baquil, Magda Maely Silva Baquil, Diego Silva Baquil, Ismara Silva Baquil, Odaílton José Matos Araújo, Orlênio de Jesus Matos Araújo, Maimonedes Matos Araújo, Tamara Raimunda Matos Araújo.

A Recomendação do **Ministério Público** orienta que todos os nomeados em relação de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com o prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, chefe de gabinete, qualquer outro cargo comissionado do referido município ou vereadores sejam exonerados imediatamente.

CARGOS POLÍTICOS

Embora os secretários municipais não sejam enquadrados na Súmula Vinculante nº 13, por se tratarem de cargos de natureza política, para o **Ministério Público**, os secretários Tony Rayder Lima Baquil, Helimárcio Sousa Costa e Rodrigo Sales não devem ser beneficiados, porque, "além de não serem portadores de qualquer curso superior, não comprovaram qualquer habilitação na área de atuação ou correlata, o que revela a ausência de qualificação técnica para o exercício eficiente do cargo".

Quanto ao cargo de secretário municipal adjunto, o **promotor de justiça** de Tutóia esclarece que o mesmo possui natureza administrativa e não política, por ser a pessoa escolhida e associada ao titular de uma pasta (Saúde, Educação etc.) para auxiliá-lo em suas funções. Portanto, está sujeito à vedação da prática de nepotismo prevista na Súmula Vinculante nº 13.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site:

<http://www.netoferreira.com.br/poder/2021/04/promotoria-pede-que-diringa-exonere-parentes-da-prefeitura-de-tutoia/>

Promotoria pede que Diringa exonere parentes da Prefeitura de Tutoia

Blog do Neto Weba

O **Ministério Público** do Maranhão encaminhou, nesta sexta-feira, 16, Recomendação para o Município de Tutoia, na pessoa do prefeito Raimundo Nonato Abraão Baquil, conhecido como Diringa, para que sejam exonerados parentes seus nomeados para cargos de secretários municipais, secretários adjuntos e cargos comissionados, função de confiança ou função gratificada.

O titular da Promotoria de Justiça de Tutóia, Fernando José Alves Silva, requisitou que seja encaminhado ao **Ministério Público**, no prazo de 10 dias úteis, documento comprobatório dos atos administrativos praticados para o cumprimento da Recomendação.

Conforme procedimento investigatório do **Ministério Público**, o prefeito de Tutóia nomeou os próprios filhos como secretários adjuntos e sobrinhos para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, bem como nomeou, como secretários municipais, pessoas que não comprovaram qualquer habilitação na área de atuação ou correlata.

Para o **promotor de justiça**, as nomeações configuram a prática de nepotismo, o que viola a Constituição Federal, definida pela Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal como "a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

Na condição de secretários municipais que não comprovaram qualquer habilitação na área de atuação ou qualificação técnica para o exercício do cargo, estão Tony Rayder Filgueiras Lima Baquil (Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), Helimárcio Sousa Costa (Agricultura Familiar) e Rodrigo Silva Sales (Esporte e Lazer).

Como secretários municipais adjuntos com relação de parentesco com o prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, chefe de gabinete, ou vereadores, estão

Kelle Roberta Filgueiras Lima Baquil e John Rayder Filgueiras Lima Baquil.

Entre os ocupantes de cargos comissionados alcançados pela Recomendação encontram-se Karine Neves Baquil, Antônio Jamílson Neves Baquil, Francinato do Nascimento Baquil, Wanderson da Silva Baquil, Magda Maely Silva Baquil, Diego Silva Baquil, Ismara Silva Baquil, Odaílton José Matos Araújo, Orlênio de Jesus Matos Araújo, Maimonedes Matos Araújo, Tamara Raimunda Matos Araújo.

A Recomendação do **Ministério Público** orienta que todos os nomeados em relação de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com o prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, chefe de gabinete, qualquer outro cargo comissionado do referido município ou vereadores sejam exonerados imediatamente.

CARGOS POLÍTICOS

Embora os secretários municipais não sejam enquadrados na Súmula Vinculante nº 13, por se tratarem de cargos de natureza política, para o **Ministério Público**, os secretários Tony Rayder Lima Baquil, Helimárcio Sousa Costa e Rodrigo Sales não devem ser beneficiados, porque, "além de não serem portadores de qualquer curso superior, não comprovaram qualquer habilitação na área de atuação ou correlata, o que revela a ausência de qualificação técnica para o exercício eficiente do cargo".

Quanto ao cargo de secretário municipal adjunto, o **promotor de justiça** de Tutóia esclarece que o mesmo possui natureza administrativa e não política, por ser a pessoa escolhida e associada ao titular de uma pasta (Saúde, Educação etc.) para auxiliá-lo em suas funções. Portanto, está sujeito à vedação da prática de nepotismo prevista na Súmula Vinculante nº 13.

Site: <https://www.netoweba.com.br/2021/04/promotoria-pede-que-diringa-exonere.html>

BOMBA! BOMBA! BOMBA! Secretária de Assistência Social e esposa do Prefeito Bartolomeu, recebe de mais duas prefeituras!!!

Rui Marisson

Na cidade de Senador La Rocque, a atual

primeira dama do município, Senhora MARLENE DAS NEVES SALGADO, (ou como está

descrito no site da Prefeitura de Senador La Rocque, MARLENE SALGADO ALVES, que

é esposa do atual prefeito, Senhor BARTOLOMEU GOMES ALVES, vem acumulando

ILEGALMENTE 3 CARGOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Cargos estes que são

expressamente VEDADOS POR LEI A SUA ACUMULAÇÃO, no dia 04 de

janeiro de 2021, MARLENE foi nomeada para o CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, menos a primeira dama e o seu esposo o prefeito, são cargos de DEDICAÇÃO EXCLUSIVA.

Mesmo assim ainda

mantém ativamente os outros 02 cargos, sendo: CARGO DE PROFESSORA NA CIDADE DE

JOÃO LISBOA e ainda como PROFESSORA NA CIDADE DE IMPERATRIZ, perfazendo um

total de 03 cargos públicos concomitantemente, e o pior, está recebendo dos 3 cargos, caso que afronta a Constituição

Federal e seus ditames legais, resta agora o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO**

tomar as medidas cabíveis para o caso, visto que a irregularidade vem acontecendo

debaixo do nariz do **MINISTÉRIO PÚBLICO**, nas 3 comarcas: SENADOR LA ROCQUE, JOÃO

LISBOA e IMPERATRIZ, sendo ela esposa do todo poderoso PREFEITO.

Quem terá

coragem de ajuizar a ação primeiro??? E ainda apurar, o porquê da primeira dama

estar mantendo nomes diferentes, no site da prefeitura é um, nos outros 2

empregos o nome é outro???

Site: <https://www.ruiporao.com.br/2021/04/bomba-bomba-bomba-secretaria-de.html>

Comissão de atualização do Código de Proteção Ambiental inicia inscrições para escuta pública na próxima quinta

A Comissão de Juristas responsável pela elaboração das propostas de atualização e consolidação do Código de Proteção do Meio Ambiente e da legislação ambiental do Maranhão fará a sua primeira escuta pública no dia 6 de maio. As inscrições para essa etapa do trabalho serão iniciadas na próxima quinta-feira (22) e seguem até o dia 28 de abril, com vagas limitadas.

Ao todo serão realizadas cinco escutas públicas, pela plataforma online Zoom, sobre temas pertinentes ao meio ambiente e à legislação ambiental.

O grupo de trabalho foi instituído no início de fevereiro pelo presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), com o objetivo de elaborar uma minuta de anteprojeto de lei, no prazo de 180 dias, que atualize, aperfeiçoe e consolide a legislação ambiental, especialmente o Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão (Lei nº 5.405/1992), assegurando maior eficiência e eficácia no controle, promoção e defesa das questões ambientais.

Othelino Neto destacou que a legislação ambiental estadual já tem cerca de 30 anos e, por isso, é preciso que ocorram ajustes. "A partir deste trabalho que será desenvolvido pela Comissão de Juristas, teremos um Código Estadual Ambiental atualizado e levando em consideração as alterações que o meio ambiente teve nas últimas três décadas", afirmou o parlamentar.

Sugestões

Segundo o **promotor de Justiça** Fernando Barreto, que é o presidente da Comissão de Juristas e coordenador do **Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente**, Urbanismo e Patrimônio Cultural do **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), as escutas públicas são essenciais para que o grupo de trabalho conheça as opiniões de especialistas, estudiosos, terceiro setor e empresariado sobre os diversos temas pertinentes à revisão da legislação ambiental, que devem subsidiar a proposta a ser entregue à Assembleia Legislativa.

"O objetivo dessas escutas públicas é, neste primeiro

momento, colher as sugestões da sociedade, necessárias para conhecermos as opiniões de diversos especialistas sobre aquilo que consideramos relevante. É importante esclarecer que essa escuta ainda não faz parte do processo legislativo, que só acontecerá quando o trabalho for entregue e forem iniciados os trâmites na Assembleia", enfatizou Barreto.

O advogado Tarcísio Araújo, procurador-geral da Alema e membro da comissão, disse que a Assembleia Legislativa, enquanto representante do povo, tem um importante papel e, certamente, vai contribuir neste trabalho, que trará muitos benefícios para a sociedade. Ele ressaltou, ainda, que o modelo atual de representatividade e elaboração de leis requer, cada vez mais, maior participação popular e dos setores que serão afetados.

"Cumprindo a missão que foi dada pela Presidência da Casa, a Comissão de Juristas realizará as escutas para que o trabalho final a ser entregue contemple os mais diversos setores da sociedade, desde os mais vulneráveis até aos setores econômico-produtivos", completou.

Webinar

Na próxima quinta-feira (22), a Comissão de Juristas realizará um Webinar em comemoração aos 29 anos da Lei nº 5.405/1992, que estabeleceu o Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão. Na ocasião, os integrantes da comissão também farão uma prévia do que ocorrerá nas escutas públicas.

A Comissão de Juristas é composta por 13 membros, entre eles, representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, **Ministério Público**, OAB-MA, além da sociedade civil e especialistas na área ambiental.

Site: <http://www.al.ma.leg.br/./noticias/40988>

Comissão de atualização do Código de Proteção Ambiental inicia inscrições para escuta pública na próxima quinta

Paulo Roberto

A Comissão de Juristas responsável pela elaboração das propostas de atualização e consolidação do Código de Proteção do Meio Ambiente e da legislação ambiental do Maranhão fará a sua primeira escuta pública no dia 6 de maio. As inscrições para essa etapa do trabalho serão iniciadas na próxima quinta-feira (22) e seguem até o dia 28 de abril, com vagas limitadas.

Ao todo serão realizadas cinco escutas públicas, pela plataforma online Zoom, sobre temas pertinentes ao meio ambiente e à legislação ambiental.

O grupo de trabalho foi instituído no início de fevereiro pelo presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), com o objetivo de elaborar uma minuta de anteprojeto de lei, no prazo de 180 dias, que atualize, aperfeiçoe e consolide a legislação ambiental, especialmente o Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão (Lei nº 5.405/1992), assegurando maior eficiência e eficácia no controle, promoção e defesa das questões ambientais.

Othelino Neto destacou que a legislação ambiental estadual já tem cerca de 30 anos e, por isso, é preciso que ocorram ajustes. "A partir deste trabalho que será desenvolvido pela Comissão de Juristas, teremos um Código Estadual Ambiental atualizado e levando em consideração as alterações que o meio ambiente teve nas últimas três décadas", afirmou o parlamentar.

Sugestões

Segundo o **promotor de Justiça** Fernando Barreto, que é o presidente da Comissão de Juristas e coordenador do **Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente**, Urbanismo e Patrimônio Cultural do **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), as escutas públicas são essenciais para que o grupo de trabalho conheça as opiniões de especialistas, estudiosos, terceiro setor e empresariado sobre os diversos temas pertinentes à revisão da legislação ambiental, que devem subsidiar a proposta a ser entregue à Assembleia Legislativa.

"O objetivo dessas escutas públicas é, neste primeiro momento, colher as sugestões da sociedade, necessárias para conhecermos as opiniões de diversos especialistas sobre aquilo que consideramos relevante. É importante esclarecer que essa escuta ainda não faz parte do processo legislativo, que só acontecerá quando o trabalho for entregue e forem iniciados os trâmites na Assembleia", enfatizou Barreto.

O advogado Tarcísio Araújo, procurador-geral da Alema e membro da comissão, disse que a Assembleia Legislativa, enquanto representante do povo, tem um importante papel e, certamente, vai contribuir neste trabalho, que trará muitos benefícios para a sociedade. Ele ressaltou, ainda, que o modelo atual de representatividade e elaboração de leis requer, cada vez mais, maior participação popular e dos setores que serão afetados.

"Cumprindo a missão que foi dada pela Presidência da Casa, a Comissão de Juristas realizará as escutas para que o trabalho final a ser entregue contemple os mais diversos setores da sociedade, desde os mais vulneráveis até aos setores econômico-produtivos", completou.

Webinar

Na próxima quinta-feira (22), a Comissão de Juristas realizará um Webinar em comemoração aos 29 anos da Lei nº 5.405/1992, que estabeleceu o Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão. Na ocasião, os integrantes da comissão também farão uma prévia do que ocorrerá nas escutas públicas.

A Comissão de Juristas é composta por 13 membros, entre eles, representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, **Ministério Público**, OAB-MA, além da sociedade civil e especialistas na área ambiental.

Site:

<https://blogdopauloroberto.com.br/2021/04/comissao-de-atualizacao-do-codigo-de-protecao-ambiental-inicia-inscricoes-para-escuta-publica-na-proxima-quinta/>

Comissão do Código de Proteção ambiental inicia inscrições para escuta pública (Assembleia MA)

A Comissão de Juristas responsável pela elaboração das propostas de atualização e consolidação do Código de Proteção do Meio Ambiente e da legislação ambiental do Maranhão fará a sua primeira escuta pública no dia 6 de maio. As inscrições para essa etapa do trabalho serão iniciadas na próxima quinta-feira (22) e seguem até o dia 28 de abril, com vagas limitadas.

Ao todo serão realizadas cinco escutas públicas, pela plataforma online Zoom, sobre temas pertinentes ao meio ambiente e à legislação ambiental.

O grupo de trabalho foi instituído no início de fevereiro pelo presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), com o objetivo de elaborar uma minuta de anteprojeto de lei, no prazo de 180 dias, que atualize, aperfeiçoe e consolide a legislação ambiental, especialmente o Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão (Lei nº 5.405/1992), assegurando maior eficiência e eficácia no controle, promoção e defesa das questões ambientais.

Othelino Neto destacou que a legislação ambiental estadual já tem cerca de 30 anos e, por isso, é preciso que ocorram ajustes. "A partir deste trabalho que será desenvolvido pela Comissão de Juristas, teremos um Código Estadual Ambiental atualizado e levando em consideração as alterações que o meio ambiente teve nas últimas três décadas", afirmou o parlamentar.

Sugestões

Segundo o **promotor de Justiça** Fernando Barreto, que é o presidente da Comissão de Juristas e coordenador do **Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente**, Urbanismo e Patrimônio Cultural do **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), as escutas públicas são essenciais para que o grupo de trabalho conheça as opiniões de especialistas, estudiosos, terceiro setor e empresariado sobre os diversos temas pertinentes à revisão da legislação ambiental, que devem subsidiar a proposta a ser entregue à Assembleia Legislativa.

"O objetivo dessas escutas públicas é, neste primeiro

momento, colher as sugestões da sociedade, necessárias para conhecermos as opiniões de diversos especialistas sobre aquilo que consideramos relevante. É importante esclarecer que essa escuta ainda não faz parte do processo legislativo, que só acontecerá quando o trabalho for entregue e forem iniciados os trâmites na Assembleia", enfatizou Barreto.

O advogado Tarcísio Araújo, procurador-geral da Alema e membro da comissão, disse que a Assembleia Legislativa, enquanto representante do povo, tem um importante papel e, certamente, vai contribuir neste trabalho, que trará muitos benefícios para a sociedade. Ele ressaltou, ainda, que o modelo atual de representatividade e elaboração de leis requer, cada vez mais, maior participação popular e dos setores que serão afetados.

"Cumprindo a missão que foi dada pela Presidência da Casa, a Comissão de Juristas realizará as escutas para que o trabalho final a ser entregue contemple os mais diversos setores da sociedade, desde os mais vulneráveis até aos setores econômico-produtivos", completou.

Webinar

Na próxima quinta-feira (22), a Comissão de Juristas realizará um Webinar em comemoração aos 29 anos da Lei nº 5.405/1992, que estabeleceu o Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão. Na ocasião, os integrantes da comissão também farão uma prévia do que ocorrerá nas escutas públicas.

A Comissão de Juristas é composta por 13 membros, entre eles, representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, **Ministério Público**, OAB-MA, além da sociedade civil e especialistas na área ambiental.

Site: <https://oquartopoder.com/politica/assembleia-ma/comissao-do-codigo-de-protecao-ambiental-inicia-inscricoes-para-escuta-publica/>

Promotoria investiga responsabilidade sobre obras inacabadas nas gestões Júnior Marreca e Magno Amorim (Cotidiano)

Yuri Almeida

O **Ministério Público** do **Maranhão** instaurou procedimento administrativo para apurar a situação e responsabilidade sobre **obras inacabadas** em Itapecuru-Mirim, nas gestões dos ex-prefeitos Júnior Marreca (PL) e Magno Amorim (Cidadania).

A coleta de informações e depoimentos se concentram na construção da praça do balneário; quatro poços artesianos com reservatório para 25 mil litros nas localidades Centro Aguida, Juçara, Monge Belo e Santa Helena; uma escola no povoado Santa Helena II; UBS (Unidade Básicas de Saúde) Juracy Linhares, no bairro Miquilina, e Santa Rosa, no povoado homônimo; matadouro municipal; e praça de entretenimento do bairro Galeria.

As investigações estão sendo conduzidas pelo promotor Luís Samarone Batalha Carvalho, da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapecuru-Mirim, e já duram três meses.

O ATUAL7 apurou que uma série de diligências já foram efetuadas, mas parte sem êxito, como as tentativas há dois meses de oficial Júnior Marreca e Magno Amorim, para que apresentem manifestação sobre os procedimentos licitatórios e contratos firmados para a realização das obras apontadas como inacabadas, sob pena de responsabilidade criminal.

Duas empresas são investigadas no procedimento, ambos com endereço cadastral no Centro da própria cidade: Engenew Empreendimentos e Construções, a Engenew Engenharia; e Vasconcelos Construções e Serviços, conhecida como Luciano Material de Construção. Apenas a última foi formalmente oficiada a respeito da apuração, para que se manifeste, com documentos, comprovando os valores recebidos e total da obra efetivamente entregue. A Engenew, segundo constatou o **Ministério Público** em diversas tentativas, está com a sede sempre fechada e sem qualquer funcionário no local, informação confirmada junto à vizinhança.

O ATUAL7 tenta contato com os investigados.

O atual prefeito de Itapecuru-Mirim, Benedito de Jesus Nascimento Neto, o Coroba (PSB), informado sobre a apuração, já remeteu ao **Ministério Público** cópia de toda documentação solicitada.

Site: <https://atual7.com/cotidiano/2021/04/promotoria-investiga-responsabilidade-sobre-obras-inacabadas-nas-gestoes-junior-marreca-e-magno-amorim/>

Comissão de atualização do Código de Proteção Ambiental inicia inscrições para escuta pública na próxima quinta

Paulo Roberto

A Comissão de Juristas responsável pela elaboração das propostas de atualização e consolidação do Código de Proteção do Meio Ambiente e da legislação ambiental do Maranhão fará a sua primeira escuta pública no dia 6 de maio. As inscrições para essa etapa do trabalho serão iniciadas na próxima quinta-feira (22) e seguem até o dia 28 de abril, com vagas limitadas.

Ao todo serão realizadas cinco escutas públicas, pela plataforma online Zoom, sobre temas pertinentes ao meio ambiente e à legislação ambiental.

O grupo de trabalho foi instituído no início de fevereiro pelo presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), com o objetivo de elaborar uma minuta de anteprojeto de lei, no prazo de 180 dias, que atualize, aperfeiçoe e consolide a legislação ambiental, especialmente o Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão (Lei nº 5.405/1992), assegurando maior eficiência e eficácia no controle, promoção e defesa das questões ambientais.

Othelino Neto destacou que a legislação ambiental estadual já tem cerca de 30 anos e, por isso, é preciso que ocorram ajustes. "A partir deste trabalho que será desenvolvido pela Comissão de Juristas, teremos um Código Estadual Ambiental atualizado e levando em consideração as alterações que o meio ambiente teve nas últimas três décadas", afirmou o parlamentar.

Sugestões

Segundo o **promotor de Justiça** Fernando Barreto, que é o presidente da Comissão de Juristas e coordenador do **Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente**, Urbanismo e Patrimônio Cultural do **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), as escutas públicas são essenciais para que o grupo de trabalho conheça as opiniões de especialistas, estudiosos, terceiro setor e empresariado sobre os diversos temas pertinentes à revisão da legislação ambiental, que devem subsidiar a proposta a ser entregue à Assembleia Legislativa.

"O objetivo dessas escutas públicas é, neste primeiro momento, colher as sugestões da sociedade, necessárias para conhecermos as opiniões de diversos especialistas sobre aquilo que consideramos relevante. É importante esclarecer que essa escuta ainda não faz parte do processo legislativo, que só acontecerá quando o trabalho for entregue e forem iniciados os trâmites na Assembleia", enfatizou Barreto.

O advogado Tarcísio Araújo, procurador-geral da Alema e membro da comissão, disse que a Assembleia Legislativa, enquanto representante do povo, tem um importante papel e, certamente, vai contribuir neste trabalho, que trará muitos benefícios para a sociedade. Ele ressaltou, ainda, que o modelo atual de representatividade e elaboração de leis requer, cada vez mais, maior participação popular e dos setores que serão afetados.

"Cumprindo a missão que foi dada pela Presidência da Casa, a Comissão de Juristas realizará as escutas para que o trabalho final a ser entregue contemple os mais diversos setores da sociedade, desde os mais vulneráveis até aos setores econômico-produtivos", completou.

Webinar

Na próxima quinta-feira (22), a Comissão de Juristas realizará um Webinar em comemoração aos 29 anos da Lei nº 5.405/1992, que estabeleceu o Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão. Na ocasião, os integrantes da comissão também farão uma prévia do que ocorrerá nas escutas públicas.

A Comissão de Juristas é composta por 13 membros, entre eles, representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, **Ministério Público**, OAB-MA, além da sociedade civil e especialistas na área ambiental.

Site:

<https://blogdopauloroberto.com.br/2021/04/comissao-de-atualizacao-do-codigo-de-protECAo-ambiental-inicia-inscricoes-para-escuta-publica-na-proxima-quinta/>

Prefeito João Carlos de Buriticupu é denunciado no Ministério Público por suposto esquema em adesão de ata na prefeitura de Carutapera!!!

Rui Marisson

O Prefeito de Buriticupu, João Carlos, foi

denunciado no **Ministério Público** por suposto esquema em adesão de ata na

prefeitura de Carutapera com uma empresa de São Luís.

Foram assinados 8

contratos com uma mesma empresa, a Objetiva Comércio e Serviços

EIRELLI, para compra de materiais de escritório (materiais de expediente) e

materiais de limpeza, totalizando R\$ 3.570.265,23 centavos, a prefeitura abriu

mão de fazer as licitações e preferiu aderir a duas atas de licitações feitas

na cidade de Carutapera.

Segundo o denunciante, essa empresa está no nome de um

suposto laranja, e faz parte do grupo de empresas sob o comando do Deputado

Federal, Josimar de Maranhãozinho!!!

Site: <https://www.ruiporao.com.br/2021/04/prefeito-joao-carlos-de-buriticupu-e.html>

PMs que permitiram agressão a suposta ladra de roupas serão investigados no Maranhão

Três policiais militares do Maranhão serão investigados pelo Conselho de Disciplina da PM, após um vídeo mostrar os PMs permitindo que uma suspeita de furto fosse agredida pela dona de uma loja de roupas no Parque Vitória, em São José de Ribamar, na Região Metropolitana de São Luís.

Imagens da câmera de segurança da loja flagraram, no último sábado (17), o momento em que a dona do estabelecimento agarra uma das mulheres e começa a dar socos. Quando a vítima cai, ela ainda recebe vários chutes. Três policiais observam a sessão de **tortura** e não fazem nada.

Segundo a polícia, além da vítima agredida, uma outra mulher foi detida na loja porque estaria furtando roupas. Nas redes sociais, o secretário de **Direitos Humanos** e Participação Popular do Maranhão, Chico Gonçalves, afirmou que a Polícia Militar identificou os militares, que irão responder em sindicância e apuração do Conselho de Disciplina.

"Os policiais, em vez de tomarem as medidas legais com base na acusação de roubo e diante das agressões, deram cobertura para o ato ilegal, de violência e violação de direitos, incompatível com a missão do policial militar, do servidor público. O comandante da Polícia Militar, Coronel Pedro Ribeiro, me informou que, logo ao tomar conhecimento do caso, adotou todas as medidas cabíveis sobre essa ação ilegal - determinou abertura de inquérito policial, sindicância demissionária e apuração do Conselho de Disciplina da PM", afirmou o secretário.

O caso também será levado para a Corregedoria da **Segurança Pública** e a Corregedoria da Polícia Militar. Já a Polícia Civil deve apurar o crime de furto pela dupla, além das agressões feitas pela proprietária da loja.

"É sempre importante lembrar que justiça não é vingança. Quem comete crime, deve ser preso/a e ser submetido/a a um julgamento justo, seja quem rouba, quem agride ou servidor público que protege agressor. Essa é a lei. Fora disso é crime. E deve ser apurado e punidos os responsáveis", completou Chico Gonçalves.

Site: <https://centraldenoticias.radio.br/2021/04/19/pms-que-permitiram-agressao-a-suposta-ladra-de-roupas->

serao-investigados-no-maranhao/

Policiais que permitiram agressão a suposta ladra de roupas serão investigados no Maranhão

Por G1 MA - São Luís

Três policiais militares do Maranhão serão investigados pelo Conselho de Disciplina da PM, após um vídeo mostrar os PMs permitindo que uma suspeita de furto fosse agredida pela dona de uma loja de roupas no Parque Vitória, em São José de Ribamar, na Região Metropolitana de São Luís.

Imagens da câmera de segurança da loja flagraram, no último sábado (17), o momento em que a dona do estabelecimento agarra uma das mulheres e começa a dar socos. Quando a vítima cai, ela ainda recebe vários chutes. Três policiais observam a sessão de **tortura** e não fazem nada.

Segundo a polícia, além da vítima agredida, uma outra mulher foi detida na loja porque estaria furtando roupas. Nas redes sociais, o secretário de **Direitos Humanos** e Participação Popular do Maranhão, Chico Gonçalves, afirmou que a Polícia Militar identificou os militares, que irão responder em sindicância e apuração do Conselho de Disciplina.

Os policiais, em vez de tomarem as medidas legais com base na acusação de roubo e diante das agressões, deram cobertura para o ato ilegal, de violência e violação de direitos, incompatível com a missão do policial militar, do servidor público. O comandante da Polícia Militar, Coronel Pedro Ribeiro, me informou que, logo ao tomar conhecimento do caso, adotou todas as medidas cabíveis sobre essa ação ilegal - determinou abertura de inquérito policial, sindicância demissionária e apuração do Conselho de Disciplina da PM, afirmou o secretário.

O caso também será levado para a Corregedoria da **Segurança Pública** e a Corregedoria da Polícia Militar. Já a Polícia Civil deve apurar o crime de furto pela dupla, além das agressões feitas pela proprietária da loja.

É sempre importante lembrar que justiça não é vingança. Quem comete crime, deve ser preso/a e ser submetido/a a um julgamento justo, seja quem rouba, quem agride ou servidor público que protege agressor. Essa é a lei. Fora disso é crime. E deve ser apurado e

punidos os responsáveis, completou Chico Gonçalves.

Site:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/04/19/policiais-que-permitiram-agressao-a-suposta-ladra-de-roupas-serao-investigados-no-maranhao.ghtml>

Maranhão contribui com 6% do desmatamento na Amazônia Legal no mês de março, segundo levantamento do Imazon

Aquiles Emir

A Amazônia Legal teve 810 km² de seu território desmatado em março de 2021, e o **Maranhão** contribuiu com 6% dessa destruição, de acordo com dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) obtidos via Sistema de Alerta do **Desmatamento** (SAD) - que monitora via satélite as áreas desmatadas na região. Dados revelam que houve aumento de 216% de **desmatamento** em relação ao mesmo mês no ano passado, quando o **desmatamento** somou 256 km², e a área desmatada representa o maior valor da série histórica dos últimos 10 anos referente ao mês de março.

O estado do Pará e do Mato Grosso, juntos, concentram 60% do **desmatamento** detectado na Amazônia Legal em março de 2021. O percentual de **desmatamento** por estado é o seguinte:

O acumulado de janeiro a março em 2021 também apresenta recorde de **desmatamento**: o total desmatado é o maior da série de 10 anos, mais do que o dobro do registrado em 2020.

Clique na imagem para ampliar

De acordo com o SAD, em março de 2021, 66% do **desmatamento** ocorreu em áreas privadas ou sob diversos estágios de posse, representando a maioria do território desmatado. O restante do **desmatamento** foi registrado em Assentamentos (22%), **Unidades de Conservação** (11%) e Terras Indígenas (1%).

Na análise do **desmatamento** em **Unidades de Conservação** (UCs), foi constatado que sete UCs do ranking das dez mais desmatadas estão localizadas no estado do Pará: APA Triunfo do Xingu (PA), FLONA do Jamanxim (PA), APA do Tapajós (PA), FLONA de Altamira (PA), FLONA de Itaituba II (PA), REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo (PA), RESEX Rio Preto-Jacundá (RO), ESEC da Terra do Meio (PA), RESEX Jaci Paraná (RO) e REBIO do Gurupi (MA).

Degradação - As florestas degradadas na Amazônia Legal somaram 64 km² em março de 2021, o que

representa um aumento de 156% em relação a março de 2020, quando a degradação detectada foi de 25 km². Em março de 2021 a degradação foi detectada em Rondônia (39%), Mato Grosso (36%) e Pará (25%). A degradação é caracterizada pela extração seletiva das árvores, normalmente para fins de comercialização de madeira, e pelas **queimadas**.

Monitoramento da Amazônia - O Sistema de Alerta de **Desmatamento** (SAD), desenvolvido pelo Imazon, é uma ferramenta que utiliza imagens de satélite para monitorar a floresta. Além do SAD, existem outras plataformas que vigiam a Amazônia: Deter, do Inpe, e o GLAD, da Universidade de Maryland. Todas essas plataformas são importantes para a proteção do nosso patrimônio ambiental, pois garantem a vigilância da floresta e a emissão de alertas dos locais onde há registro de **desmatamento**. Os dados fornecidos ajudam a subsidiar os órgãos de controle ambiental a planejar operações de fiscalização e identificar desmatadores ilegais.

(Com informações do Imazon)

Site: <https://maranhaohoje.com/maranhao-contribui-com-6-do-desmatamento-na-amazonia-legal-no-mes-de-marco-segundo-levantamento-do-imazon/>